



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Consultivo SIGAP	ATA DA REUNIÃO	N.º 02/2014
------------------------------	----------------	----------------

Local: Sala de Reuniões Consema / Av. Professor Frederico Hermann Junior, 345, Prédio 6, 1º Andar	Data 27/11/2014	Início 9h00	Término 17h30
--	---------------------------	-----------------------	-------------------------

Assunto: 3ª. Reunião Ordinária do Conselho Gestor do SIGAP

PARTICIPANTES

	Entidade	Conselheiros
01	AG/SMA	Cristina Maria do Amaral Azevedo
02	UPPH/CONDEPHAAT	Célia Maria de Toledo Serrano
03	SPVS	Clovis Ricardo Schrappe Borges
04	CBRN/SMA	Daniel Glaessel Ramalho
05	APOENA	Djalma Weffort de Oliveira
06	UGP-Serra do Mar	Fernando Barrancos Chucre
07	AG/SMA	José Pedro de Oliveira Costa
08	CCB/UEL	Mário Luís Orsi
09	CENA/USP	Luciano Martins Verdade
10	IF/SMA	Luís Alberto Bucci
11	ESALQ/USP	Ricardo Ribeiro Rodrigues
12	FF/SMA	Rodrigo Antônio B. de Moraes Victor
13	FFLCH/USP	Sueli Angelo Furlan
		SECRETARIA EXECUTIVA
14	GAB/SMA	Maria de Lourdes Rocha Freire
15	CBRN/SMA	Carolina Born Toffoli
16	GAB/SMA	Virginia Dorazio
		CONVIDADOS
17	FF/SMA	Kátia Pisciotta
18	FF/SMA	Claudete Hahn
19	FF/SMA	Sandra Leite
20	FF/SGC	Vitor Godoy Alves
21	FF/NMI	Claudia Avanzi
22	IF/SMA	Ricardo Marcelo Siacon

PAUTA:

9h00 – Boas Vindas aos participantes
9h30 – Informes e Palavra Aberta a todos os Conselheiros
10h00 – Apresentação sobre a "Comissão Paulista da Biodiversidade - CPB"
10h30 - Aprovação da Ata da 2ª Reunião Ordinária
10h45 - Apresentação e discussão do novo formato da minuta do Regimento Interno;
11h15 - Apresentação e discussão da minuta do Relatório do CC SIGAP;



Conselho Consultivo SIGAP	ATA DA REUNIÃO	N.º 02/2014
------------------------------	----------------	----------------

12h00 – Almoço
14h00 – Continuidade da discussão da minuta do "Relatório do CC SIGAP;
Apresentação e Relatos sobre os Planos de Ação dos GTs:
14h00 – GT 01 – Bancos de Dados, Monitoramento e Pesquisa
14h20 – GT 02 – Plano de Manejo
14h40 – GT 03 – Sustentabilidade Financeira das UCs
15h00 – GT 04 – Formação para Gestão de Áreas Protegidas
15h20 – Agenda de Reuniões do CC SIGAP para 2015;
15h30 – Palavra Aberta
17h00 – Encerramento da reunião.

RESUMO DA REUNIÃO

Informes:

Kitty: Inicia a reunião agradecendo a presença de todos.

Comenta que o Secretário entendeu mais oportuno encaminhar os documentos tratados na última reunião ordinária ao CONSEMA. Estes documentos foram também encaminhados ao Ministério Público e a Procuradoria Geral do Estado, mas não aos órgãos federais. Na parte da tarde teremos a presença do Sr. Secretário Adjunto e do Diretor Geral da Fundação Florestal. Quanto ao Regimento Interno, a Consultoria Jurídica da SMA achou mais adequado modificar o decreto que cria o Conselho do SIGAP, dizendo que o Regimento poderia ser elaborado por resolução do Secretário, ao invés de editar um novo decreto.

Daniel: O Cadastro Ambiental Rural (CAR), além de regularizar os imóveis rurais, vai possibilitar uma interface de dados não realizada por nenhum outro estado. Desde o último dia 17/11, a integração do SICAR-SP com o SICAR federal já está ocorrendo e sempre que a “janela de dados” esteja aberta (duas horas por dia), os dados de São Paulo estão sendo enviados. No último dia 14/11 foi lançado o Módulo SIGAM que trata da gestão da fauna (GEFAU), ferramenta extremamente importante para gerir os empreendimentos de fauna, diminuindo significativamente o tempo para emissão de licenças. Vale lembrar que desde agosto deste ano foi finalizado o repasse da gestão da fauna do governo federal (IBAMA) para o estado de São Paulo, com base em Termo de Cooperação Técnica. São Paulo é o único estado que tem esta gestão repassada.

Mário Orsi: administrou recentemente disciplina de pós-graduação no Morro do Diabo, contando com a participação de vários gestores. Em 5 dias foi possível levantar dois relatórios de fauna em meio aquático, que pode ser um embrião do monitoramento da biodiversidade preconizado no GT1. Acredita que dê para replicar esta experiência em outras UCs e outras situações.

Clóvis: acredita que a gestão de fauna pelo estado de São Paulo esteja bem estruturada, inclusive bem mais do que no Paraná, onde somente receberam a demanda. Contudo, critica a não participação de outros segmentos nas discussões da regulamentação do Código Florestal no Estado de São Paulo. Ressalta a necessidade de aproveitar esta oportunidade, criando estratégias mais inteligentes. Cita como exemplo a região do Pontal do Paranapanema (com baixo índice de cobertura vegetal), que será extremamente prejudicada caso a compensação de Reserva legal seja permitida para qualquer outro local (exportação de RL).

Kitty: Neste contexto, ressalta que ontem foi aprovado pela ALESP o regime de urgência para aprovação do PL 219/2014, sobre a regulamentação do Código Florestal em SP. Neste a questão da compensação de RL está extremamente

[c1] Comentário: Kitty, peço completar com o nome destes docs



Conselho Consultivo SIGAP	ATA DA REUNIÃO	N.º 02/2014
------------------------------	----------------	----------------

prejudicial para áreas de Cerrado e outras com baixíssimo índice de cobertura vegetal, o que é muito preocupante. Existe apenas a possibilidade de veto do Governador acerca de certos pontos.

Daniel: reforça que o governo estadual está segurando o quanto pode este PL, o qual estava muito pior quando foi lançado. O grande problema é que tem pontos muito complicados ainda. A SMA tem propostas encaminhadas, sobretudo quanto ao PRA e compensação de RL e sua função produtiva, estruturando de forma a não perder esta RL para fora do estado ou para áreas menos prioritárias. Mas num ano eleitoral foi muito difícil administrar este assunto. Ressalta que a SMA está buscando municiar o governador para que ele possa vetar partes desta Lei, se aprovada. Mas mesmo com vetos, a ALESP está com força para derrubá-los.

Luciano: durante boa parte do debate sobre o CF se colocou a agricultura contra a conservação. Contudo, do lado ambiental, temos que canalizar a discussão para a criação de infraestrutura para agricultura, tirando o foco da expansão da fronteira agrícola.

Ricardo: Ressalta que o CAR já é uma realidade nos demais estados também, os quais possuem muitos hectares cadastrados. Uma questão que precisamos estar atentos é que esta iniciativa do PL 219 foi fruto de uma lacuna que o próprio estado de SP criou ao não se adiantar nestas regulamentações. Pará, por exemplo, já fez seu PRA, cortando todas as possibilidades de sua Assembleia Legislativa, definindo, por exemplo, áreas prioritárias para conservação. Ou seja, se não apresentamos propostas, outros as apresentam. Podemos tentar corrigir o PL 219, chegando no Deputado Barros Munhoz via Feldman.

**Apresentação
da Comissão
Paulista de
Biodiversidade
(Paul Dale e
Teresa)**

A Comissão Paulista de Biodiversidade foi constituída em outubro de 2011, via decreto estadual. Seu Plano de Ação baseou-se nas Metas de Aichi 2011-2020, contendo 7 ações ligadas a 7 projetos, cada qual com seus respectivos produtos (29 no total), os quais estão em sua 3ª. Revisão.

A grande questão é como integrar este plano de ação com as ações do SIGAP e seu Conselho Consultivo.

Um Outlook global (cumprimento das metas) foi apresentado nesta COP 12 (China, 2014).

Estrutura do Plano de Ação:

Projeto 1: Plano de Comunicação - integração entre site da CPB e do IPÊ está em andamento

Projeto 2: Instrumentos para Avaliação da Biodiversidade: o coração é o PAINEL de Indicadores; haverá dois dias de trabalho coordenados pela IUCN para definição de indicadores no nível federal.

Projeto 3: estratégias para redução da pressão sobre a biodiversidade paulista

Projeto 4: Programa de Produção e Consumo Sustentável - há intenção de colocar um prazo até 2050 para pesquisas em bioprospecção, integrando com institutos de pesquisa.

Projeto 5: Instrumentos para Conservação da Biodiversidade – Projeto sobre o Sistema de Unidades de Conservação (SEUC) está totalmente relacionado ao SIGAP. A proposta é transformá-lo numa plataforma de interlocução com o SIGAP, uma vez que com o SIGAP o SEUC perdeu o sentido. Deste projeto, por exemplo, nasceu o Plano de Expansão de Áreas Protegidas.

Projeto 6: Programa de Remanescentes Florestais



Projeto 7: Gestão do Conhecimento sobre a Biodiversidade Paulista: se integra com a proposta do GT1, no que diz respeito à articulação com os diversos bancos de dados existentes.

Discussões:

José Pedro: a CPB tem a mesma direção do SIGAP, é uma grande maratona, que depende de apoio político. A partir do Decreto do SIGAP, as ASPES, pensadas no Plano de Expansão de Áreas Protegidas, passaram a ser reconhecidas dentro do Sistema. Sugere correlacionar os produtos da CPB no Relatório do Plano de Trabalho do SIGAP.

Sueli: elogia muito o trabalho transversal de encontrar as pontes e fazê-las funcionar, aspecto muito interessante de construção de políticas públicas. Contudo, a velocidade dos produtos esbarra nas questões relacionadas à organização institucional, com a qual temos que trabalhar para potencializar a transversalidade.

Djalma: parabeniza também o trabalho, destacando o produto ligado a RL e APPs, a restauração e o Plano de Expansão de Áreas Protegidas. Concorde que temos que avançar no “Mapa dos Sonhos” nos aproximando das florestas originais, sendo uma oportunidade para isso as terras devolutas no oeste do estado, as quais não representam custos adicionais. Deveríamos estabelecer índices mínimos de vegetação, preconizados pelo próprio Código Florestal. Tal restauração vai contribuir para a produção, ao contrário do pensamento predominante.

Teresa: sugere focar não somente nas terras devolutas, mas orientar/direcionar o restauro para conseguir o máximo proveito.

Clóvis: esta discussão vai de encontro ao que acabamos de discutir sobre o viés político concretizado no PL 219/2014. A estrutura do CC do SIGAP tem que criar o papel de “perturbar” de forma mais efetiva para conseguirmos implantar os “mapas dos sonhos”.

Ricardo: também parabeniza o trabalho e acredita que haja uma grande conexão do produto 7 com o que o Biota faz. Neste sentido, deve-se sair das caixas da SMA, aproximando-se da Universidade. Atualizar este produto com os dados do Biota seria o mais indicado. Já sobre o Produto 3, ressalta que efetivamente não temos nenhuma integração com a questão agrícola, que é o maior vetor de pressão sobre a biodiversidade. Neste sentido, teria que haver integração desta ação com o planejamento agrícola.

Luciano: complementa que embora ocorra mudanças na coordenação do Biota, o Programa está à disposição para este tipo de demanda.

Paul: coloca que conexões com o Programa Biota já estão sendo pensadas na CPB, dentro das reuniões dos Produtos. Também havia a intenção de fazer a divulgação das áreas constituintes do Plano de Expansão de Áreas Protegidas dentro dos Seminários do Biota. Também coloca que dentro do Projeto 4 tem o produto ligado à sustentabilidade setorial, que vai ao encontro desta discussão de integração com a agricultura.

José Pedro: O desafio para o próximo ano é fortalecer estas estruturas (SIGAP e CPB), para objetivar ainda mais as discussões comuns.

Kitty: Ressalta que esta discussão só reforça as interfaces e a necessidade de aumentarmos a sinergia entre os vários fóruns.

Aprovação da ata

A presidência considerou a ata aprovada, uma vez que nenhum dos conselheiros



Conselho Consultivo SIGAP	ATA DA REUNIÃO	N.º 02/2014
------------------------------	----------------	----------------

da reunião passada	se manifestou quanto a necessidades de correções ou complementações.
Regimento interno	Todas as sugestões recebidas pela Secretaria Executiva foram incorporadas. Por sugestão da CJ o primeiro documento foi revisto. Kitty faz dois destaques: - Art. 3º, inciso 3º. Alínea a: foi colocado buscando sinergia com CPB e considerando outros pontos que vem sendo discutidos no Conselho. - Art. 5º, parágrafo 2º.: "...após consultas a entidades e instituições" foi incluído. O Regimento será encaminhado para a CJ, sendo aprovado pelo Secretário em forma de Resolução.
Discussão da Minuta do Relatório do CC do SIGAP	Kitty destaca que o Relatório precisa estar fechado até final da semana que vem e apresenta, primeiramente, a estrutura do Relatório, para posterior discussão do conteúdo. - Apresentação: trata da estrutura do Relatório, do histórico e composição do CC e dos GTs. <u>José Pedro:</u> sugere colocar referências às metas de Aichi da CDB <u>Luciano:</u> sugere quantificar área de UCs de Proteção Integral e de uso sustentável, bem como, ainda que aproximadamente, a área ocupada por APP e de RL. <u>Kitty:</u> ressalta a grande dificuldade de calcular, sobretudo RL, frente às variáveis trazidas pela Lei 12651/2012, que traz possibilidade de variação de seu tamanho, sobretudo para imóveis rurais de até 4 módulos fiscais. <u>Carol:</u> no que diz respeito aos cálculos de fitofisionomias dentro de UCs, podemos usar os números apresentados por Marco Nalon na 2ª. Reunião Ordinária do Conselho, os quais incluem o Projeto 5 do Plano de Ação da CPB. <u>Claúdia:</u> pede destaque ao papel das APAS, as quais, entre outros, protegem outras áreas protegidas não incluídas em UCs de Proteção Integral, como APPs e RLs. <u>Clóvis:</u> as APAs são as mais representativas do ponto de vista da não implementação. Assim, temos que citar a área ocupada por esta categoria, mas destacando que tem uma realidade complexa e merece investimentos para sua efetiva implantação. - Parte A: traz o plano operacional para os órgãos executores do SIGAP, diferenciando-se da Parte B, que trata do plano de trabalho para o Conselho Consultivo do SIGAP, ou seja são dois planos. Precisa de complementos para os parágrafos que resumem a ação de cada GT. Posteriormente vem o Plano de Trabalho de cada GT, com aprimoramentos a serem feitos. GT4 precisa fechar cronograma. <u>José Pedro:</u> sugere incluir mais um objetivo específico no GT1, ligado ao Programa Biota - Parte B: Plano de trabalho para os órgãos executores do SIGAP <u>Kitty:</u> ressalta a importância de definirmos linhas de ação do Conselho para o próximo ano. Na estrutura já está seu papel, conforme Decreto do SIGAP <u>Sueli:</u> sugere a elaboração de um parágrafo sobre esta correlação com o Decreto, definindo as prioridades do Conselho.



Sandra: coloca que uma das expectativas dos técnicos da FF sobre o Conselho é que este pense o Sistema de Unidades de Conservação, a complementaridade das categorias, por exemplo.

Ítalo: o Conselho do SIGAP tem um papel importante para pensar gestão de UCs, pois o SIGAP nasceu justamente para enfrentar o problema do estado com relação a este tema.

Kitty: questiona se, além de propor um Sistema de Áreas Protegidas, seria papel deste Conselho acompanhar a implantação dos planos de trabalho tratados na Parte A.

José Pedro: acredita que devemos ter uma lista de tarefas, dentre as quais está a expansão de áreas protegidas;

Kitty: resume que a linha mestra do Conselho poderia ser o aprimoramento do decreto do SIGAP (por possuir incongruências sérias), de forma participativa e resgatando as versões anteriores. E que temos que assegurar que o relatório seja considerado, pois, caso contrário, coloca em questão a existência do próprio Conselho Consultivo.

Ítalo: informa que há possibilidades de implementação do Fundo Mata Atlântica com recursos dos royalties do Pré-Sal, a partir de uma discussão com o BNDES, por meio do qual seria possível restaurar as áreas de RL nos assentamentos (terras públicas).

- **Parte C**: texto, praticamente elaborado pela Arlete Ohata (CPLA) e Roney Perez (CFA), que trata de questões referentes aos limites das UCs (necessidades e dificuldades para correção), bem como traz propostas para tratar o tema.

José Pedro: Sugere chamar este item de UCs estaduais, sendo composto por:

1. texto produzido pela CPB sobre o Plano de Expansão de Áreas Protegidas (citando fontes e incluindo ASPES);
2. texto sobre limites de UC

Claude: sugere reforçar que os limites das UCs devam ser disponibilizados via Datageo, pois o estado de São Paulo deve assumir estes limites, estejam errados ou não, uma vez que estão até no Cadastro Nacional de UCs.

Vitor: sugere que o tema dos limites passe a ser tratado oficialmente no âmbito do Conselho Gestor. Informa que PPI deu seu posicionamento que não mudará limites de UCs de Proteção integral, posto que influenciará nos processos de desapropriação. Informa também que os limites das UCs vão entrar na última etapa do DATAGEO, voltado à espacialização de normas legais.

Luciano: acredita que se for unir estes dois textos no mesmo capítulo, deve-se recomendar estratégias para não incorrerem sobre os mesmos problemas de escala, por exemplo.

Sueli: coloca que a transposição de escalas é problemática, devendo ser mantida a escala adotada nos decretos.

Clóvis: sugere que este tema seja um dos pontos da parte D

Mário: sugere incluir UCs para águas continentais no plano de Expansão de áreas protegidas

- **Parte D**: documento surgido no GT3, reunindo recomendações do CC. Kitty transformou o texto original em 12 pontos, conforme sugerido por alguns



membros.

Discussões gerais:

Ricardo: questiona se não seria melhor colocar este texto na apresentação.

Sueli: coloca que este documento é um manifesto e, por isso, deveria ser entregue à parte, pois não tem caráter de relatório.

Rodrigo: sugere que entre como anexo do Relatório, sendo também entregue como manifesto.

Luciano: sugere transformar este texto no sumário executivo, mostrando as premissas do trabalho, pontuando outros elementos presentes ao longo do Relatório.

Clóvis: temos que cumprir o papel de criar algum desconforto, tal como costuma fazer a bancada ruralista. Temos os documentos corretos para isso? O desconforto está suficientemente colocado? Temos governabilidade para entregar este documento para outras esferas?

Kitty: destaca que o caminho formal é encaminhar ao Secretário, que acata ou não a sugestão e encaminha se achar pertinente.

Ricardo: acredita que temos que firmar posições políticas no documento, e que caso não fossem acatadas, poderia até provocar a saída de alguns conselheiros do Conselho.

Luciano: tendo em vista que os melhores exemplos ligados à conservação partiram da própria agricultura, temos que usar seus bons exemplos contra seus próprios maus exemplos. O setor agrícola é mais complexo do que a bancada ruralista.

Discussão da itemização proposta pela Presidência e Secretaria Executiva:

Luciano: itens 1, 2 3 e 8 podem ser resumidos. Não devemos colocar que desenvolvimento provoca perda de biodiversidade, posto que desenvolvimento e conservação não são antagônicos e precisamos destacar isso de início.

Proposta de nova redação: "A conservação da biodiversidade e a produção agrícola devem ser vistas como formas complementares e interdependentes e não antagônicas de uso da terra para o desenvolvimento humano, demandando para isto o reconhecimento do papel dos serviços ecossistêmicos e evolutivos para a sustentabilidade da agricultura e, desta, para a geração de riquezas que permitam ao país restaurar e conservar seus recursos naturais e aprimorar a qualidade de vida humana."

Clóvis: destaca que um aspecto é não serem coisas antagônicas e outro, é estar de fato havendo integração, o que não ocorre.

Luciano: coloca que o que não está ocorrendo pode ser colocado em forma de sugestão.

Rodrigo: item 5 – destacar a alta convergência entre UCs e água para abastecimento público do estado

Bucci: item 9 ou 10 - colocar também a agenda na escala internacional (compromissos internacionalmente assumidos), como metas de aichi

Mário: item 11 – deveria ser mais enfatizada a questão da restauração não somente de áreas ciliares, como também de áreas de mananciais inteiros

Sueli: item 12 – enfatizar sempre o aspecto positivo e não os negativos

Sueli: item 13 – não usar o termo o novo código florestal, mas sim Lei Florestal 12651/2012



Conselho Consultivo SIGAP	ATA DA REUNIÃO	N.º 02/2014
------------------------------	----------------	----------------

	Discussão do texto na íntegra: 2º. Parágrafo <u>Sueli</u>: “[...] sem qualquer inovação”. Há inovação, mas sob outra lógica, mas não necessariamente da conservação. 4º. Parágrafo: <u>Djalma</u>: substituir “uso inadequado do solo” por monocultura e utilização indiscriminado de agrotóxicos, pois têm sido apontados como o dilema da degradação das últimas décadas <u>Luciano</u>: mas para definir monocultura é uma questão de escala...para a agricultura também não é conveniente o uso inadequado do solo. Então é melhor deixar genérico, estrategicamente. Não podemos levar o texto para o naturalismo, mais do que para o humanismo..a ideia não é negar a agricultura. Seguir um caminho antagônico só tem trazido perdas nos últimos anos. <u>Rodrigo</u>: acredita ser melhor deixar “uso inadequado” e depois debatemos o que julgarmos adequado, pois ainda não temos um consenso. <u>Ítalo</u>: precisamos contemporizar no uso da linguagem para abordar sem atacar.
Agenda de reuniões para 2015	Reuniões Ordinárias trimestrais: 12/02; 14/05; 13/08; 26/11. (vide anexo)
Proposta de Moção	Leitura e discussão de moção, proposta pelos Conselheiros <u>José Pedro e Ricardo Rodrigues</u>, acerca da possibilidade aprovação do PL 219/2014, que regulamenta a Lei 12651/2012 no estado de São Paulo: <u>Luciano</u>: coloca que o argumento é que a taxa de crescimento da área agrícola é muito maior daquela relativa à área ocupada por núcleos urbanos e infraestrutura. <u>Rodrigo</u>: antes, se o agente de supressão florestal/pressão por degradação foi a agricultura, hoje, o maior agente de supressão é a urbanização. Em vista da incipiência do texto proposto e impossibilidade de sua aprovação durante a reunião, foi proposto que a Secretaria Executiva trabalhe nesta redação e envie aos demais no mesmo prazo do Relatório.
Encaminhamentos	Enviar ao CC uma nova versão do Relatório e da Moção acerca do PL 219/2014 em 02/12, para contribuições dos demais Conselheiros até dia 04/12.

[c2] Comentário: Checar autores

RELATOR

Nome	Assinatura	Data
Secretaria Executiva do CC SIGAP		27/11/2014